

Aristóteles, teoria política e história

*Patricio Tierno*¹

Resumo: O artigo explora os vínculos entre história e teoria política em Aristóteles. A tal fim, realiza uma análise da estrutura interna de *A Constituição de Atenas* e tenta indagar, por meio da mesma, que tipo de vínculos se tornam evidentes se pensarmos, em conexão com a *Política*, a construção da teoria em função dos fatos e, vice-versa, a colocação dos fatos em função da construção teórica. A partir dessa chave de compreensão recíproca, levanta-se a conclusão de que a formulação teórico-política de Aristóteles pretende levar em conta a evidência histórica e, para isso, incorpora-a na sua visão da evolução natural e social da polis.

Palavras-chave: Aristóteles – história – política – polis.

O caráter provisório do saber e, desde o ponto de vista técnico, a precariedade do aparato metodológico e conceitual de Aristóteles parece ser um de seus traços teóricos proeminentes². Mais de um comentador chegou a imputar-lhe, assaz injustamente, uma subversão (e uma submissão) dos fatos em relação à teoria, convertendo uma real carência de meios e instrumentos em uma falha incorrigível de seu arrazoar a partir de princípios. Hoje, que podemos revalidar várias de suas noções epistemológicas, não só temos que destacar seu proceder geral e seus métodos de investigação empírica, como pôr de relevo o estreito vínculo que aquelas exibem no tocante à evidência e à teoria. Barnes, referindo um fragmento que o atesta, escreve:

Aristóteles reconoce explícitamente este aspecto especulativo de su descripción y sostiene explícitamente que la especulación está subordinada a la observación. La teoría es in-

¹ Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ptierno@usp.br.

² Cf. BARNES, *Aristóteles*, pp. 116-121.

dispensable cuando los hechos son suficientemente conocidos, pero la observación tiene prioridad sobre la teoría³.

A ciência empírica aristotélica, caberia dizer, podia e devia fundar-se em uma abundante coleta de dados da realidade tanto de primeira como de segunda mão, para depois poder identificar as causas como princípios e construir as cadeias dedutivas. Como contrapartida, a construção teórica devia determinar de maneira correlata e até certo grau a base empírica; o fato “puro” e incontaminado não existe, posto que toda observação se realiza levando em consideração um exercício teórico específico.

Uma comprovação fina desta imbricação mútua entre teoria e evidência se observa no ponto teórico-conceitual que o mesmo Aristóteles forjou para unir sua teoria das constituições com a compilação de material sobre as formas constitucionais existentes. Referimo-nos, neste último caso, a A Constituição de Atenas e, mais amplamente, ao corpus de história política e direito constitucional acumulado por ele e seus colaboradores durante sua segunda estada em Atenas. Esta enorme empresa de coleção, que pretendeu reunir 158 constituições, somente pode ter sido executada, conjectura Jaeger, no período no qual Aristóteles se colocou à cabeça de uma escola e teve à sua inteira disposição investigadores, auxiliares e recursos em quantidades consideráveis. A Constituição de Atenas, o único exemplar de sua espécie tardiamente recuperado, parece ter brotado da pena do fundador do Liceu a título de livro primeiro e cânone metodológico que haveria de servir de exemplo para os trabalhos restantes da obra⁴. Seja como for,

3 Cf. *Geração dos Animais* 760b28-33, e o respectivo comentário de Jonathan Barnes (*Aristóteles*, p. 119). Com frequência, criticava seus predecessores por antepor os princípios teóricos aos fatos observados: cf. a crítica aos platônicos em *De Caelo* 306a6-18, também junto ao comentário de Barnes (*Aristóteles*, p. 120).

4 Cf. JAEGER, *Aristóteles*, pp. 375-377 e nn. 5 y 6; também DÜRING, *Aristóteles*, pp. 738-739. Alega Aubenque que o interesse de Aristóteles pelas formas constitucionais nasce muito antes e que tem sua origem nos estudos da mesma índole feitos no seio da Academia (cf. AUBENQUE, “Théorie et pratique politiques chez Aristote”, pp. 97-123; também *apud* GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, p. 23). Em paralelo, Jaeger afirma que

o livro III da Política, em razão de sua reconhecida centralidade e sua antiguidade em relação a outras partes do tratado – o livro dos princípios fundamentais da ação cidadã e das formas constitucionais típicas – expressa já aquela aproximação paulatina do filósofo às realidades políticas e às comunidades antigas⁵.

Com esta monumental compilação, pôde Aristóteles reunir, baseando-se em fontes locais, a informação necessária para dar um conteúdo mais sólido aos livros IV-VI, e foi efetivamente ali que sua teoria política se distanciou em grau máximo da de Platão. Podemos formular, em consequência, a nada descabida hipótese de que representam as *politeiai*, vistas a partir da *Política*, um verdadeiro ponto de inflexão. Pouco importa se isto se deu cronologicamente assim, porque o que buscamos não é a exatidão filológica, senão a veia de sua inserção na produção teórico-política do filósofo. O certo é que as constituições implicaram um tipo inédito de investigação para a época. Respeitoso do modo platônico de pensar, pendente das Formas e dos ideais políticos, Aristóteles inaugurou um método que seria cultivado pela posteridade, mas que alcançou com ele limites insuspeitos:

o material das constituições-modelo de Creta, Esparta e Cartago, que formam parte do livro II da *Política*, foi obtido durante o período acadêmico, quando Platão trabalhava em *As Leis* e tais constituições eram o tema favorito de discussão na escola (cf. JAEGER, *Aristóteles*, pp. 95 e 328-239, também *apud ib.*). Mesmo que a compilação de material possa ter começado desde então (mas não a empresa como plano organizado), as referências temporais de *A Constituição de Atenas* mostram que não pode ter sido escrita e publicada antes de 329/328 a.C., com segurança precedendo às outras constituições que vieram à luz nos últimos anos de Aristóteles, se é que chegaram a completar-se alguma vez em vida deste ou inclusive depois de sua morte. O texto foi recobrado, quase intacto, em fins do século dezenove, e sua autenticidade foi com sobra provada por Torr e ratificada por Wilamowitz. Contudo, ainda hoje se duvida de sua autoria: cf. OBER, *Political Dissent in Democratic Athens*, p. 352, que também a inclui na série de constituições pertencentes ao Liceu, mas a atribui a um estudante anônimo afim com os argumentos desenvolvidos na *Política*. Para o fechamento de sua composição e as subseqüentes revisões, assim como para as primeiras dúvidas sobre seu autor, cf. também GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, pp. 26-27 e nn. 34-37. No fundo, por mais que pese a muitos, a questão da *Athenaion Politeia* é, como bem aponta Düring, um assunto histórico, e não concerne à reconstrução que aqui tentamos.

5 Cf. AUBONNET, *Aristote Politique*, p. 8.

(...) Aristóteles sobrepasa con mucho a todos sus sucesores, por la originalidad del método que le permitió anticipar la ciencia de los futuros milenios – el método de aplicar el principio de la forma a los detalles de la realidad, la idea de la *uniformidad* de la naturaleza – y por la complejidad del genio con que recorrió no sólo la historia y teoría de la cultura, sino también el opuesto hemisferio de la ciencia natural⁶.

Pois, com efeito, o princípio da forma operou na “história” no sentido grego da palavra, vale dizer, no traço continuado que abarca a ordem da vida na natureza e na sociedade, fazendo de Aristóteles “o homem que fez da investigação empírica um fim em si”⁷. Este proceder especializado era a todas luzes uma inovação que comovia as bases tradicionais do conhecimento do século IV a.C., e determinou o curso da evolução posterior da técnica da observação metódica que para a ciência moderna significou moeda comum. Mas não foi somente a recopilção e a observação de dados particulares, assentada no estudo fisiológico do mundo orgânico, mas, sobretudo seu ordenamento e classificação que Aristóteles e os estudiosos do Liceu acrescentaram à investigação. Antes, Platão e os seus haviam reclamado com insistência que as classificações prosseguissem até o indivisível, com o fim de conseguir a completa abrangência, mas falavam das idéias e não dos particulares sensíveis. Ao contrário, Aristóteles entreviu o sensível como veículo do universal – forma impressa na matéria –, e esse era o embasamento da classificação lógica em gêneros e espécies e da definição pelas diferenças. Em um extrato imperecível de seu livro *Das partes dos animais*, convocou seus alunos a empreender esse caminho promissor, o da inspeção física da natureza, que abria um terreno novo ao estudo do indivíduo. Reproduzimos aqui parcialmente suas palavras, ainda que valesse a pena reproduzir o excerto na íntegra (645a26-b1; v. tamb. I, 5, desde o início):

6 Cf. JAEGER, *Aristóteles*, p. 377.

7 Cf. JAEGER, *Aristóteles*, p. 386 (tradução própria).

If any person thinks the examination of the rest of the animal kingdom an unworthy task, he must hold in like disesteem the study of man. For no one can look at the elements of the human frame – blood, flesh, bones, vessels, and the like – without much repugnance. Moreover, when any one of the parts or structures, be it which it may, is under discussion, it must not be supposed that it is its material composition to which attention is being directed or which is the object of the discussion, but rather the total form. Similarly, the true object of architecture is not bricks, mortar, or timber, but the house; and so the principal object of natural philosophy is not the material elements, but their composition, and the totality of the substance, independently of which they have no existence.

Como resta óbvio, a política não podia estar isenta de render tributo a esse revolucionário preceito. Do tratado das Constituições, recebemos apenas algumas notícias⁸. Em concreto, não sabemos se o projeto chegou a ser terminado. Citações de autores antigos referem ao nome de sessenta e oito cidades e povos gregos ou bárbaros que foram objeto de observação e descrição, passando pela costa do Mar Negro, o norte da África e o sul da França⁹. Segundo Diógenes Laércio, havia quatro tipos de constituições: democráticas, oligárquicas, tirânicas e aristocráticas, que eram classificadas em ordem alfabética de acordo com o que nos diz um fragmento resgatado por Rose – a de Atenas colocada em primeiro lugar e a de Ítaca ocupando o número quarenta e dois¹⁰. Aristóteles, Teofrasto e os demais investigadores se interessaram por questões diversas, mas o estudo

8 Cf. GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, pp. 21-22.

9 Cf. MORAUX, P., *Les listes anciennes des ouvrages d'Aristote*, Lovaina, 1951 e WEIL, R., *Aristote et l'histoire: Essai sur la “Politique”*, Paris, 1960 *apud* GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, p. 22, n. 27 (com mais referências).

10 Fr. 417, na citação de Harpocracón, *apud* GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, p. 22, n. 27.

geral era de ordem histórica e jurídico-constitucional, como se depreende de A Constituição de Atenas. Não é improvável que o próprio Aristóteles tenha redigido esta e outras monografias que integraram o tratado, adverte-nos um comentador grego¹¹ e nos sugerem alguns capítulos de Pol. II.

Sem entrar em minúcias, A Constituição de Atenas pode ser considerada um exemplo acabado do método sócio-natural, e de nada serve lamentar a perda irreparável que supõe a desapareição do conjunto. O importante, ainda em tal caso, é que aquele exemplar salvo respondia a um esforço combinado de ordenamento e sistematização¹², e a prova disso radica em sua estrutura formal e seu conteúdo esquematizado, dos quais faremos um comentário relacionado. A “composição em anéis” se tece com habilidade, em um jogo permanente que coteja passado e presente, tanto na primeira como na segunda parte da obra¹³. Na primeira parte (I-XLI), a que este trabalho voltará sua atenção primordial, se expõe o desenvolvimento constitucional de Atenas desde o período anterior a Sólon até o arcontado de Euclides, ocasião da última restauração da democracia. Um primeiro bloco consiste em um esboço da sucessão de regimes até 411 a.C. (I-XXVIII), enquanto que um segundo bloco elabora um informe documental das revoluções oligárquicas e a restauração democrática entre 411-403. Ambos relevam, por conseguinte, modelos constitucionais historicamente efetivos:

11 SIMPLICIO, *Comentario a las Categorías de Aristóteles (Commentaria in Aristotelem Graeca*, vol. VIII), Berlín, 1907, p. 7, *apud* GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, pp. 22-23, n. 28.

12 Cf. a citação de Mondrup feita por Tovar (MONDRUP, G. *Aristóteles: Athenaeernes Statsforfatning*, Tradução dinamarquesa, Copenhagen, Gyldendal, 1938, *apud* TOVAR, “Introducción”, p. 7). Para este, *A Constituição de Atenas* não era uma obra literária cuidada, mas um manuscrito equiparável ao resto dos tratados conservados pela tradição manuscrita, pertencente a Aristóteles e procedente dos arquivos da escola peripatética. Por essa razão, é dado perceber correções e acréscimos, interpolações e emendas que o autor foi introduzindo no decorrer dos anos (TOVAR, “Introducción”, especialmente pp. 27-31).

13 A idéia foi tomada de KEANEY, J. J., “Ring composition in Aristotle’s *Athenaion Politeia*”, In: *Amer. Journ. Of Philol.*, 90, 1969, pp. 406-423, também *apud* GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, p. 25 e n. 33.

- 1.1) as mudanças à entrada de Ión (I);
- 1.2) a constituição antiga no tempo de Teseu (II-III) e a reorganização constitucional de Drácon (IV);
- 1.3) a democracia “inicial” de Sólon (V-XIII);
- 1.4) a tirania de Psístrato e dos psistrátidas (XIV-XIX);
- 1.5) as reformas democráticas de Clístenes (XX-XXII);
- 1.6) o predomínio do Areópago (XXIII-XXIV);
- 1.7) as reformas de Efialtes e a liderança de Péricles, com a reposição plena da democracia (XXV-XXVIII); e
- 2.8) a oligarquia dos Quatrocentos (XXIX-XXXII);
- 2.9) a democracia dos Cinco Mil (XXXIII);
- 2.10) a oligarquia tirânica dos Trinta e dos Dez (XXXIV-XXXVIII);
- 2.11) a restauração da democracia “final” (XXXVIII-XL).

Essas onze mudanças sucessivas são resumidas no XLI, 2 do seguinte modo:

Fue éste el undécimo en número de los cambios (*tón metabolón*). Pues fue el primer cambio de la situación originaria la entrada y establecimiento de Ión y los suyos, y entonces ocurrió la distribución en cuatro tribus y el establecimiento de los reyes de tribu. El segundo, primero después del anterior, ya en forma de constitución (*politeías táxin*), el que sucedió con Teseo, que ya se desviaba un poco de la monarquía. Después de éste, el de Dracón, en el que por primera vez se escribieron las leyes. El tercero, después de la discordia (*stásin*), fue el de Solón, del cual tomó principio la democracia. El cuarto, la tiranía de Psístrato. El quinto, la constitución de Clístenes, después de la caída de la tiranía, y más democrática que la de Solón. Sexto fue el que siguió a las guerras médicas, en el que quedó el Consejo del Areópago al frente. El séptimo, siguiente a éste, el que señaló Arístides y perfeccionó Efialtes derribando el Consejo

del Areópago; en éste fue cuando la ciudad, por culpa de los demagogos, pecó más, a causa del imperio del mar. El octavo fue la instauración de los Cuatrocientos, y después de éste, como noveno, la restauración de la democracia. El décimo fue la tiranía de los Treinta y la de los Diez. El undécimo, el que siguió la vuelta de los de File y del Pireo, desde el cual se ha llegado a la constitución de ahora, aumentando continuamente el poder de la muchedumbre.

A constituição estabelecida em 403 a.C. com a paz de Euclides se encontrava em vigor no momento em que escrevia Aristóteles, cujo parecer sobre a democracia “extremada” é emitido sem reservas¹⁴:

Pues de todas las cosas el pueblo (*démos*) se ha hecho dueño, y todo se gobierna mediante las votaciones de decretos y los tribunales, donde es el pueblo el que tiene el poder; e incluso los juicios que eran del Consejo han pasado al pueblo. En esto parece que han hecho bien, pues más fáciles de corromper son los pocos que los muchos con ganancias y favores.

Depois, na segunda parte, em correspondência com o quadro institucional em exercício, faz-se uma apresentação ordenada da organização do Estado ateniense até fins do século IV. Desse modo, passa-se em revista: 1) a inscrição dos cidadãos e a efébia (XLII); 2) a estrutura das magistraturas (*arkhai*, XLIII-LXII), a) as designadas de acordo com a sorte (XLIII-LX), b) as eleitas por votação para a guerra (LXI), e c) os soldados (LXII); 3) os tribunais e a eleição dos juizes (LXIII-LXIX).

Em síntese, o *modus operandi* da exposição histórica das constituições e o da descrição positiva da última constituição permite deslindar as duas partes

14 GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, p. 25 e n. 33; cf. *Pol.* 1292a4 y ss.

principais do escrito¹⁵. Uma importante série de conclusões se depreende da primeira delas ao colocá-la em conexão com a Política. Desse modo, não estamos mais que destrinchando a complexa trama de relações entre teoria política e história. Afirma García Valdés: “Creemos que teoría y experiencia están en estrecha relación y son una constante en el pensamiento político de Aristóteles”¹⁶. A tese tem uma dupla extensão. Em um sentido, podem ser notadas em A Constituição... expressões reais de tipos de regime conceituados em *Pol.* III-IV: a politeia incipiente de Drácon e sua realização na “república” de Sólon; a aristocracia imposta com a supremacia temporária do Areópago; a tirania legal de Psístrato, coincidente com um tipo de monarquia; e, igualmente, a democracia dos últimos anos; a oligarquia dos Trinta tiranos; e a tirania de Hípias, filho de Psístrato. Assim, pois, a experiência histórica e a elaboração teórica, enlaçadas pelo método de Aristóteles, compõem a fibra híbrida do emaranhado filosófico. A classificação das constituições, que muito se deve a Platão e à tradição¹⁷, renova-se no velhoo-dre do mundo grego, por fim atenta às linhas diretivas dos fatos singulares da

15 Em ambas, o emprego do material não é um tema de menor valia. Reconhece-se em Aristóteles o mérito de ter sabido levar em conta múltiplas fontes: a tradição escrita (Sólon, Heródoto e quase com certeza Tucídides, ainda que não Xenofonte e sim Éforo), as histórias locais (Atidógrafos), vários textos semi-históricos e semi-políticos (panfletos) e os documentos oficiais dos arquivos do Estado. Quando estas escasseiam ou não existem, apela a dados arqueológicos ou a um método próprio de reconstrução dos fatos, deduzindo o passado das condições do presente. No manejo das fontes, aplica seu sentido crítico e cita versões diversas de um mesmo fato, procurando harmonizá-las na busca do termo médio entre elas. Na segunda parte da obra, reluz também seu sentido crítico não isento de ironia, que põe sob um olhar severo a democracia ateniense do século IV. Talvez devido a isso, a segunda parte se caracteriza por uma maior coerência e consistência metodológica. Cf., para tudo isto, GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, pp. 28-34; TOVAR, “Introducción”, pp. 31-36, que serviu de base ao estudo da primeira. Para o uso crítico do atidógrafo Androción, cf. CHAMBERS, “Aristotle and his Use of Sources”, pp. 39-52.

16 GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, p. 35.

17 Aristóteles diz, com honestidade, que se trata de uma classificação comumente admitida: cf. *Pol.* 1290a22-24.

história. As mudanças constitucionais de que padece Atenas se atrelam a processos concretos: as conseqüências das guerras médicas; a criação dos grandes pólos ideológicos, o democrático de Atenas e o oligárquico de Esparta, que repercute na vida interna das cidades e haveria de desencadear a guerra do Peloponeso; as hegemonias transitórias no âmbito heleno (Atenas, Esparta, Tebas, Macedônia); as lutas intestinas dos Estados gregos e as conjunturas críticas da democracia ateniense. O cenário todo é o motor da reflexão e o apoio das asserções estabelecidas: somente duas formas de constituição há na realidade, democracia e oligarquia (Pol. 1280a7-9; 1290a13-16); somente uma forma há de superar a cisão, a mescla média da politeia (IV, 8-9).

Em outro sentido, a orientação teórica geral condiciona a interpretação histórica dos fatos, que devem amoldar-se àquela. García Valdés pondera, guiada por Weil, três casos de passagens nos quais se adivinham as escolhas próprias de um teórico¹⁸. Em primeiro lugar, a história de Sólon, semelhante em *A Constituição...* e na *Política*, adjudica a atores distintos o controle institucional das magistraturas: segundo esta, os arcontes eram eleitos e supervisionados pelo povo (1274a15-18); segundo aquela, eram designados pela sorte a partir de uma lista pré-estabelecida e o controle corria por conta do Areópago (VIII, 1). Em segundo lugar, a constituição de Drácon é considerada uma experiência acontecida (*Ath. Pol.* IV), em conformidade com as exigências da seqüência de transformações (*v. supra*). Em terceiro lugar, em outro exemplo de reelaboração própria, o governo do Areópago é visto como uma constituição certa (XXIII), exemplo seguro da constituição média e do bom governo, também fortalecendo a teoria da mudança progressiva, ou seja, do crescimento paulatino dos elementos democráticos do regime (XXII e ss.). Não obstante, o ajuizamento do respectivo agir dos protagonistas durante as guerras médicas difere: enquanto que *A Constituição...* justifica o poder do Areópago e assinala sua responsabilidade na batalha de Salamina (XXIII, 1), a *Política* enfatiza o papel do povo como factótum da vitória e sua tomada de consciência como força decisiva

18 Cf. GARCÍA VALDÉS, “Introducción”, pp. 37-38; WEIL, “Philosophie et histoire: La vision de l’histoire chez Aristote”, pp. 161-174.

no domínio marítimo (1304a20-24, 1274a12-15). Ainda quando o conserto teórico da história não encaixe em um encadeamento fluido dos acontecimentos, Aristóteles persiste com brio em sua tentativa de fazer o decurso histórico ingressar em um plano lógico e cronológico sistematizado.

De modo que não seria justo censurá-lo, uma vez que o encontro perfeito entre teoria e história é sempre uma coincidência difícil e que nesta como em outras ciências teve de começar com muito pouco, ou a partir de zero – desvantagem que o contato direto com as fontes não podia compensar em ausência de uma metodologia consagrada. Porque, ademais, em Aristóteles encontramos uma orientação teórica positiva, cuja reflexão se nutre da evidência fática ao mesmo tempo em que vai pautando sua ordenação lógica concatenada. A compenetração da evidência e dos enunciados e, em última instância, o encaixe da história na teoria, deslocou Atenas de seu lugar de experiência progressiva ao de paradigma evolutivo, pensada então como ordem de sucessão das formas constitucionais e políticas. A idéia de progresso individualizado se conjugou, assim, com o esquema de evolução generalizável, dando cabimento uma vez mais à noção aristotélica de finalidade intrínseca ao desenvolvimento¹⁹. A forma política se fundiu, então, com a forma social, o molde comunitário por excelência, e o esquema de desenvolvimento na natureza recortou o espaço humano da contingência: a formação da cidade autárquica como obra natural e artificial²⁰ e a multiforme sucessão constitucional no caminho da constituição equilibrada de Sólon e o

19 Sobre a visão progressiva da história em Aristóteles, cf. WEIL, “Philosophie et histoire: La vision de l’histoire chez Aristote”, pp. 174-189. Para uma interpretação do progresso em sentido negativo, como representação teleológica de um descenso incremental a uma democracia extrema e demagógica, vista, no entanto, com um toque de ambigüidade na aproximação do termo médio, cf. OBER, *Political Dissent in Democratic Athens*, pp. 352-360.

20 A idéia da dispersão primitiva em comunidades menores e aldeias é, por si, discutível: cf. DEFOURNY, M., *Etudes sur la Politique*, pp. 379 e ss., *apud* WEIL, “Philosophie et histoire: La vision de l’histoire chez Aristote”, p. 179. Cf. Pol. 1261a27-29; mas Newman vê o exemplo dos arcádios como mais próximo a um tipo de organização federada ou confederada (cf. NEWMAN, W. L., *Pol.* II, *apud ib.* e *apud* MARÍAS, “Introducción”, p. 269, n. 17).

crescimento da participação democrática²¹. Assim gerou Aristóteles uma concepção própria do desenvolvimento regularizado de acordo com a potência natural, que em sua infinita indeterminação deixava aberta a porta a formações sociais e formas políticas irredutíveis a um padrão único de direção e sentido.

Através dessa constância histórica, a contínua mudança dos fatos não lhe deu trégua em sua busca da chave para decodificar a matriz dos processos, e foi aí, quiçá, que a teoria do *mesótes* lhe apareceu como a solução natural esperada. Por esse motivo e por nenhum outro, a conservação na ordem do ser ou, para dizê-lo politicamente, a segurança (*aspháleia*) dos regimes, passou a ocupar o centro do palco, em um afã imediato de frear a velocidade da queda e tratar de apressar a crise à maneira de um sonho de realização e um progresso ou possibilidade de progresso. A democracia foi, por isso, a meta da cidade possível e perfeita, e o pessimismo da inteligência na teoria deixou um vazio, talvez demasiado modesto, ao otimismo da vontade da história.

Aristotle, political theory and history

Abstract: In order to discuss the relations between history and theory on Aristotle, this paper analyses the internal structure of an Aristotle's work, *The Athenian Constitution*, and tries to evaluate – in this same work (but also with regard to Aristotle's *Politics*) – which kind of bonds between history and theory turn out to be seen if one speculates the formation of the theory based on political facts and, conversely, the arrangement of the facts based on political theorizing. This frame enables the author to conclude that Aristotle formulates his political theory taking into account historical evidences and that he incorporates them in his considerations on the natural and social evolution of the Polis.

Keywords: Aristotle – history – politics – Polis.

21 Sustentada pela “invenção” histórica da constituição antecessora de Drácon: cf. WEIL, “Philosophie et histoire: La vision de l’histoire chez Aristote”, p. 182.

Referências bibliográficas

Versões de textos de Aristóteles:

Aristote Politique. Texte établi et traduit par Jean Aubonnet, Tome I-III. Paris: Société d'édition « Les Belles Lettres », 1960-89.

La Constitución de Atenas. Edición bilingüe, traducción y estudio preliminar de Antonio Tovar. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.

Política. Edición y traducción de Julián Marías y María Araújo, introducción y notas de Julián Marías. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1997.

The Complete Works of Aristotle. The Revised Oxford Translation. Edited by Jonathan Barnes, 2 vols. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1995.

Textos de comentadores:

AUBENQUE, Pierre. “Théorie et pratique politiques chez Aristote”. In: Fondation Hardt. *La “Politique” d’Aristote*. Entretiens sur l’Antiquité Classique, Tome XI. Vandoeuvres-Genève, 1965.

BARNES, Jonathan. *Aristóteles*. Madrid: Cátedra, 1993.

CHAMBERS, Mortimer, “Aristotle and his Use of Sources”. In: PIÉRART, Marcel (comp.). *Aristote et Athènes*: Séminaire d’Histoire Ancienne de l’Université de Fribourg (Suisse), 23-25 mai, 1991. Fribourg: Université de Fribourg, 1993.

- DÜRING, Ingemar. *Aristóteles*: Exposición e interpretación de su pensamiento. México: Universidad Autónoma de México, 1990.
- GARCÍA VALDÉS, Manuela. “Introducción”. In: *Aristóteles, Constitución de los atenienses*. Pseudo-Aristóteles, *Económicos*. Gredos, Madrid, 1995.
- JAEGER, Werner. *Aristóteles*: Bases para la historia de su desarrollo intelectual. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- MARÍAS, Julián. “Introducción”. In: ARISTÓTELES. *Política*. Edición y traducción de Julián Marías y María Araújo, introducción y notas de Julián Marías. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1997.
- OBER, Josiah. *Political Dissent in Democratic Athens*: Intellectual critics of popular rule. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2002.
- TOVAR, Antonio. “Introducción”. In: ARISTÓTELES. *La Constitución de Atenas*. Edición bilingüe, traducción y estudio preliminar de Antonio Tovar. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.
- WEIL, Raymond. “Philosophie et histoire: La vision de l’histoire chez Aristote”. In: Fondation Hardt. *La “Politique” d’Aristote*: Entretiens sur l’Antiquité Classique, Tome XI. Vandoeuvres-Genève, 1965.